



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ATA N.º312 - (3/2021)

1- Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas 15 horas, reuniu no Ginásio-Cine em segunda convocatória e com a presença de 100 Associados, a Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (S.F.U.A.P.) em conformidade com o exposto no artigo 30º n.º21 alínea c) dos Estatutos da coletividade a fim de dar cumprimento à Ordem de Trabalhos constante da respetiva convocatória datada de quatro de dezembro de dois mil e vinte e um.

- **Ponto nº 1** – Apreciação, Discussão e Deliberação do Plano de Atividades e Orçamento de Receitas e Despesas, para o ano de 2022;
- **Ponto nº 2** – Eleição para preenchimento dos lugares vagos, nos Órgãos Sociais da S.F.U.A.P. por falecimento e pedidos de demissão;
- **Ponto nº 3** – Aprovação das atas de 30 de janeiro de 2021 e 30 de abril de 2021;
- **Ponto nº 4** – Informação de outros assuntos de interesse para a coletividade.

1.1. A sessão teve início às 15h00, em segunda convocatória, com a presença de 100 associados, conforme registo em livro próprio, tendo sido composta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Cristo, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Vânia Cruz e secretários, associados José Pires e David Gonçalves.

- 2- O Presidente da MAG iniciou os trabalhos, saudando todos os presentes e relembrando o seguinte:
- Que no art.º 31 (deliberações) dos Estatutos, diz que são nulas, não produzindo qualquer efeito, as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem de trabalhos das reuniões da Assembleia Geral, salvo se todos os associados efetivos estiverem presentes e houver aceitação unânime do aditamento.
- 3- De seguida o Presidente da MAG deu início ao ponto n.º 1 da ordem de trabalhos, dando para o efeito a palavra ao Presidente da Direção, Joaquim Marreiros.
- 3.1) O Presidente da Direção começou por saudar todos os presentes. Sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2022, disse ser um plano de continuidade dos compromissos assumidos pela

Direção no seu Plano de ação para 3 anos de mandato e que os compromissos estão essencialmente relacionados com princípios, critérios de exigência, dedicação e rigor, de forma a ultrapassar as dificuldades para resolver os problemas criando condições para o crescimento e desenvolvimento das atividades da coletividade, de uma forma contínua e sustentada. No âmbito dos serviços administrativos, disse que se pretende consolidar os processos de melhoria da organização e de funcionamento, entretanto implementados, nomeadamente as secções de compras, de gestão de stocks e de controlo financeiro e orçamental, bem como iniciar as melhorias das secções de recursos humanos e de pessoal, imobilizado e arquivo. No âmbito dos planos de água, diz prever-se reduzir progressivamente o défice, com uma gestão mais rigorosa dos recursos, o aumento do número de inscritos nas várias atividades e melhor gestão das aulas e dos cursos de natação e ainda a instalação de painéis fotovoltaicos e a substituição das caldeiras de aquecimento das águas das piscinas e dos duches. Acrescenta que esta última medida, prevê-se alcançar através da negociação de contratos com empresas da especialidade, cujos custos de instalação dos equipamentos são pagos, mensalmente nas faturas dos consumos, ao longo do prazo dos respetivos contratos. No que diz respeito às condições de vida e de trabalho das equipas, diz prever-se: Atualização dos salários e da formação dos trabalhadores; a aquisição de ferramentas e fardamentos para o verão e inverno; e o Planeamento dos trabalhos e meios de prevenção e proteção contra o risco de acidentes. No âmbito dos investimentos, menciona que está prevista: a Requalificação de instalações e substituição dos equipamentos que se encontram degradados, em especial no parque de campismo, designadamente com a remoção dos telhados de fibrocimento, nocivos à saúde dos associados campistas; e Reparações na rede elétrica e substituição dos pimenteiros que se encontram muito degradados.

Disse também que em 2022 será necessário continuar a insistir junto da CMA (Câmara Municipal de Almada) para que sejam emitidos os alvarás das piscinas e do ginásio, com a maior brevidade, bem como solicitar pareceres sobre a requalificação/alterações destes espaços antes de se avançar com os respetivos projetos. Entretanto, aquando da solicitação dos alvarás, disse que foi entregue uma memória descritiva das alterações que se pretendem fazer no ginásio e nas piscinas, assim como foi apresentada a situação do estado avançado de degradação do Teatro Garrett. Menciona a importância do apoio da CMA para as respetivas obras. No seguimento, acrescenta que irão solicitar, brevemente, uma reunião à Sra. Presidente da Câmara Municipal. Menciona a parceria já criada com a CMA, através de um Plano de Desenvolvimento Desportivo – “Programa Almada à Prova de Água” o qual se aguarda que sejam cumpridas as formalidades legais para a assinatura do mesmo. Ainda no âmbito do relacionamento com o município está prevista a assinatura do protocolo de apoio à Banda Filarmónica, assim como o alargamento do projeto “Outra Banda” ao Agrupamento de Escolas

Ruy Luís Gomes. Esclarece que o orçamento entretanto apresentado foi previsto com base nos indicadores preexistentes, relativos aos resultados do exercício de 2021, ainda em curso; *“mas acima de tudo na confiança que temos na nossa capacidade e empenhamento para continuar a melhorar a gestão dos recursos, a divulgação e promoção das atividades, assegurando o aumento dos rendimentos e controlando os gastos”*. Conclui a intervenção, afirmando que é com confiança que submeteram à apreciação e votação dos associados o Plano de Atividades e Orçamento para 2022, reiterando o compromisso do empenho na sua execução, de forma séria e responsável.

4- De seguida, o Presidente da MAG, passou à aprovação do documento, contudo, a Assembleia Geral pediu para que houvesse uma maior elucidação do mesmo, visto que o documento só teria sido disponibilizado no dia anterior. Posto isto, o Presidente da MAG passou a palavra aos associados:

4.1) Luís Filipe (sócio n.º 783), que começou por cumprimentar todos os associados e todos os órgãos sociais. Expõe que o documento do Plano de Atividades e Orçamento de 2022 tinha sido disponibilizado no dia anterior e que apenas tinha levantado no início da Assembleia. Desse modo e porque não teve oportunidade de ler disse que estaria impossibilitado de votar em consciência. Deixou um apelo à Direção para que enviasse por e-mail os documentos, juntamente com a convocatória da Assembleia Geral.

4.1) Interveio o Presidente da Direção, no sentido que irá ser feito o registo do alerta que foi feito pelo associado Luís Filipe, e prometeu que no futuro terá todo o cuidado em enviar o mais breve possível os documentos para todos os associados, para permitir uma leitura mais atenta e cuidada.

4.1) Augusto Flor (sócio n.º 849), começou por saudar os associados e os órgãos sociais. Disse ser apenas uma síntese o que foi apresentado na Assembleia até então e pensa que faria todo o sentido, tendo em conta a coletividade que *“somos”*, tendo em conta os princípios de transparência, tendo em conta a necessidade de envolver e mobilizar os associados à participação nas Assembleias Gerais, haver mais envolvimento por parte dos departamentos relativamente ao Plano de Atividades e ao mesmo tempo haver uma apresentação do Orçamento. Afirma que é um Orçamento complexo, que necessita de alguma experiência e prática, bem como de alguns conhecimentos, para se poder, na Assembleia dar-se a *“nossa”* opinião e sobretudo votar em consciência. Apela para que a Direção pudesse desenvolver um pouco mais, até porque foi reconhecido pelo Presidente da Direção, que no futuro o documento será apresentado com maior antecedência, sendo que, nesse sentido, após esse reconhecimento

pedia para que os sócios fossem mais informados, por outro lado ficariam a conhecer melhor os dirigentes dos vários departamentos. No seguimento, diz que após apresentadas as grandes rubricas ao documento e ao orçamento, crê que já não haverá dúvidas, ou havendo dúvidas, daria lugar ao debate.

5- O Presidente da MAG questionou a Direção se queria intervir.

- 5.1) Tomou a palavra o Vice-Presidente do DAF, Orlando Gonçalves (sócio n.º 1455), que inicia a sua intervenção referindo que, relativamente ao Orçamento, o iria expor de uma forma sintética, não dando para falar de todos os itens. Disse que o que foi pretendido e em linha no que se começou o ano passado, foi de baixar os custos, ou seja, não com os trabalhadores, mas sim com custos relacionados aos departamentos. Continuou dizendo que se teve o cuidado de reduzir esses custos, nomeadamente no Departamento de Atividades Desportivas. Disse que se teve um maior cuidado na avaliação de trabalhadores, ou seja, aumentar o número de trabalhadores e reduzir o número de prestadores de serviços, e que isso pode ser verificado no Orçamento. Abordou o reforço do pessoal em algumas áreas da coletividade. Informou da negociação da tabela salarial com os trabalhadores, que se prevê um crescimento de mais de 200.000 euros nos rendimentos, não só por força das atividades, mas também porque se vai ter uma redução de gastos e é isso que se pretende em relação a essa questão. Disse que é necessário ter algum cuidado com o protocolo com a CMA relativamente às piscinas, mas que irá ajudar e bastante se houver concretização. No seguimento, disse que o protocolo não estaria presente no Orçamento e que o valor desse contrato irá com certeza diminuir o valor que estaria no mesmo. Menciona a importância do parque de campismo e aborda assuntos como as medidas de autoproteção e de questões ambientais (remoção do amianto). Disse também que se chegar a “*bom porto*” nas conversações com a CMA, existe a possibilidade, no ano seguinte, de melhorar as condições do Ginásio-Cine e das piscinas. Aponta no sentido figurado para os valores da coletividade e disse que a Direção assumiu a sua “*maneira de estar*”, de mais investimento e de melhores condições para os associados, diferenciando-se de uma empresa, em que o objetivo é o lucro. Terminou disponibilizando-se para algum esclarecimento adicional mais específico.
- 5.2) Tomou a palavra o Vice-Presidente do DAD, Nuno Lopes (sócio nº7715), que começou por referir que os documentos eram uma previsão das atividades que se vão realizar no próximo ano de 2022, nomeadamente com as participações das equipas federadas em todos os

compromissos que assumiram aquando da sua filiação nessas competições, a participação também das equipas não federadas e das atividades de demonstração de todas as outras atividades desportivas. Disse que foram “*mais nas intenções*”, definiram alguns objetivos estratégicos, que tem como base o que o Presidente da Direção e o colega de Direção já tinham abordado, relativamente às reduções dos custos das instalações. No seguimento, disse que possuem equipamentos nada recentes, pouco eficientes do ponto de vista energético e que é isso que se propõem a alterar. Deu exemplos de mudanças que se irá realizar, nomeadamente a acoplação de equipamentos muito mais baratos que permite a redução substancial de energia. Referiu que também que com alterações comportamentais será possível reduzir o consumo de água e eletricidade. Menciona que se irá continuar a adotar o compromisso quanto aos materiais de desgaste rápido, ou seja, material pedagógico que se desgasta com alguma facilidade, adquirir plataformas que vão ser utilizadas para as atividades de bebés e que será substituído por produto certificado para as piscinas. Ainda em relação ao funcionamento das instalações revela que já foi pedido orçamentos a duas instituições, uma delas é a “Instituição da Soldadura e Qualidade” e a outra o “Laboratório Nacional de Engenharia Civil”, para realizar brevemente uma avaliação sobre a estrutura. Disse que antes das obras de fundo serão feitas algumas reparações de isolamento de fugas. Disse que em fevereiro de 2022 se irá realizar a avaliação do ar interior e “*uma outra avaliação que nunca se fez nesta casa*” que é a análise dos produtos cancerígenos. Terminou abordando a formação e mais conhecimento para os recursos humanos como forma de poderem cumprir os objetivos a que estão propostos.

- 5.3) Tomou a palavra Natércia Dias, Vice-Presidente do DACR (sócia nº5958), que começou por dizer que se pretende: Melhorar o funcionamento das escolas de Música, tendo em atenção a preparação de músicos para integrar a banda filarmónica; Continuar a melhorar os instrumentos; Criar um leque mais alargado de vertentes musicais, como Rock, pop e música clássica. Disse também que era importante o acompanhamento do projeto com a CMA, com mais uma escola, para além da escola do Monte de Caparica, para formar músicos para proveito da S.F.U.A.P. e da banda. Sobre o assunto anterior, disse ser importante, uma vez que, os alunos poderão aprender sem custos. Referiu que pretendem : Assegurar o investimento na área instrumental; Manter a manutenção dos instrumentos; Garantir o apoio financeiro da CMA; Continuar a informatização do arquivo da Banda Filarmónica e Escolas de Música; Participar no programa de atividades do aniversário da S.F.U.A.P.; Criar um projeto integrado para a apresentação à CMA no sentido de fomentar o crescimento e desenvolvimento das Escolas de Música e Banda Filarmónica; Criar um programa no Ginásio-Cine com a criação de concertos, peças de teatro e outras atividades; Promover a organização da festa de natal ; e Incentivar a participação da Banda Filarmónica em eventos fora do concelho.

- 5.4) Tomou a palavra o Diretor do DAC, Ricardo Pires (sócio nº2379), que começou por saudar todos os presentes, frisando que não se lembra de ter visto aquela participação nas Assembleias que até então tinha participado. Sobre o Departamento das Atividades Campistas, refere que as atividades campistas são de forte importância para a estabilidade financeira da coletividade, sendo necessário continuar a oferecer um bom serviço, requalificando as infraestruturas e equipamentos existentes. Disse ser necessário apostar numa política da melhoria das condições de lazer, convívio e descanso dos associados campistas, não esquecendo as Atividades de Recreio, Cultura e Desporto. No seguimento, disse que existe sempre a preocupação da estabilidade financeira da coletividade, e nesse sentido “*apresentar um orçamento que mostre por um lado as melhorias no conforto e segurança dos nossos campistas, mas também demonstre uma preocupação de redução de custos*”. Aborda as prioridades para o DAC por sectores.

Relativamente ao sector da secção de manutenção e obras são: Dar continuidade às obras de reparação e beneficiação de instalações e equipamentos, bem como de medidas de autoproteção; Dar início à remodelação faseada dos blocos sanitários incluindo a substituição dos telhados de fibrocimento; Iniciar a substituição dos pimenteiros; Analisar a possível necessidade da substituição da passagem de acesso à praia; Apostar na modernização das ferramentas de trabalho de forma a facilitar a implementação das melhorias estruturais e orgânicas planeadas.

Relativamente ao sector da secção das atividades desportivas, culturais e de recreio: Realizar atividades culturais e desportivas através da dinamização de espetáculos, aulas abertas, desporto, dança e workshops; Abrir as portas do parque campismo a outras atividades e associações que contribuem com o seu trabalho voluntário e benévolo, proporcionando momentos agradáveis e de entretenimento aos associados; Apostar na criação de atividades culturais, desportivas e de recreio para os campistas durante a época balneária e na época baixa, para assim fomentar o convívio e companheirismo entre os utentes.

Relativamente ao sector da secção de vigilância e segurança: Implementar um sistema de videovigilância; Adquirir um desfibrilhador automático externo; Manter uma análise constante sobre a empresa de vigilância contratada até ao momento; Analisar e avaliar os relatórios diários da equipa de vigilância de forma a corrigir erros e omissões que possam pôr em causa a segurança dos utentes e seus bens; Analisar e resolver dentro da disponibilidade as dificuldades e problemas.

Relativamente ao sector da secção de administração e gestão: Promover a participação dos trabalhadores em ações de formação, tendo em vista a melhoria dos serviços prestados aos associados e utentes; Continuar a desenvolver a modernização entre os serviços, associados e

utentes pela via dos serviços eletrónicos; Assegurar periodicamente a desratização e desbaratização do parque de campismo; Desenvolver o protocolo existente no controlo de gatos; Dar resposta a todas as inspeções realizadas pelas entidades competentes; Prevenir a proliferação da lagarta do Pinheiro; Modernizar a estrutura informática existente.

6- O Presidente da MAG questionou à Direção se mais algum elemento queria intervir. Não havendo mais nenhuma intervenção, foi devolvida a palavra aos sócios:

6.1) Tomou de seguida a palavra o associado Jacinto Nascimento (sócio nº 3131), que começou por referir que a Direção tem oito/ nove meses e que só iria dizer duas coisas. Disse que quando esta Direção foi eleita fez algumas promessas aos trabalhadores e que falaria enquanto trabalhador e utente do parque. Disse que as promessas foram feitas foi de melhorar as condições de trabalho e de aumentos de ordenado. Relativamente à primeira promessa foram quase nulas disse o associado. Relativamente os aumentos disse “*eu digo os valores fomos aumentados 35 euros, pedimos 50 euros e foi 35 euros, este ano acho que a vossa proposta é de 40 euros, por amor de Deus, as promessas não foram essas, no primeiro ano a Direção estava em duodécimos, agora este ano já não estão e 40 é irrisório*”. Aborda a questão dos esgotos do parque, referindo que os diretores deviam ir limpar para ver como se faz e que “*nós já pedimos várias vezes para lá ir um carro para desentupir aquilo e dizem que 100 euros é uma fortuna*”.

6.2) O Presidente da MAG interveio para relembrar que estariam no ponto nº1 da ordem de trabalhos e o assunto referido pelo associado Jacinto Nascimento saía fora do mesmo.

6.3) Interveio o Presidente da Direção. Disse que era sempre bom ouvir os trabalhadores a reivindicarem sempre mais do que aquilo que efetivamente tem. Do seu ponto de vista pessoal, disse que quando tomou posse teve uma grande preocupação em prever no orçamento um aumento bastante significativo do ordenado. Disse que já teria falado diversas vezes com o associado em causa sobre o acréscimo orçamental dos aumentos, em que em 2021 aumentou em 72.000,00 euros e em 2022 irá aumentar 150.000,00 euros. No seguimento, refere que para o próximo ano se poderá atingir 50% da receita para os custos com pessoal. Disse não haver problema nenhum desde que se gere receita para pagar aos trabalhadores, acrescentando ainda, que seria um incentivo a própria economia. Diz também, que fez tudo para que fossem melhorando não só os salários dos trabalhadores do parque, mas também as suas condições. Remete para o plano de investimentos para o parque e diz que “*em 2022 se vai investir mais 132.738,00 euros, e também aqui está previsto melhores condições para os trabalhadores*”. Disse que o associado lhe dizia que os salários estiveram congelados vários anos, que os

vencimentos dos trabalhadores do parque não acompanharam a inflação, e pensa que o associado compreende que não é em um ou dois anos que se faz essa recuperação de perdas anteriores. Acrescenta ainda sobre o assunto, que tem feito todas as reuniões possíveis com os trabalhadores. Apresenta algumas notas sobre o orçamento para 2022: Aumentos dos rendimentos para 2.197.648,00. Este valor será um desafio, mas pensa que só assim é que se vai conseguir acompanhar e sustentar ao mesmo tempo os gastos com o pessoal e explica que *“se formos aumentando as receitas mais disponibilidade temos para investir nos trabalhadores, um maior investimento que se faz nos recursos humanos, nos trabalhadores, nos meios que precisam para ter melhores condições de trabalho”*. Menciona que por outro lado é importante que se tenha como grande objetivo controlar os gastos, sendo que *“a preparação para esse controlo é fazendo um controlo Automático do orçamento para se poder equilibrar a balança para se ter um crescimento na coletividade de um desenvolvimento harmonioso”*. Fez uma nota sobre o aumento das receitas, que irão conseguir esse valor com compromisso, empenho e tem a convicção que se vai conseguir aumentar as receitas e reduzir os défices nos espaços aquáticos. Disse que tem soluções para reduzir e remete para a redução do défice, já que em 2020 tiveram de défice 333.000,00 euros e para 2022 prevê-se 297.000,00 euros. Disse ter esperança de que este valor vai ser substancialmente inferior e na sua perspetiva, é importante reduzir o défice e aumentar as receitas, gerir bem em todas as áreas o orçamento disponível. Finaliza a sua intervenção a assumir uma gestão criteriosa, racional e evolutiva.

- 6.4) Tomou a palavra a associada Elsa Dias (sócio nº5370), que começou por referir que teve acesso ao documento naquela instância e faria das suas palavras a de outros associados. Acrescenta que é difícil analisar o documento devido ao tempo curto de entrega e que queria falar sobre três questões que lhe dizem particularmente respeito. Felicitou a Direção por terem a preocupação de monitorização das estruturas físicas, equipamentos e qualidade do ar, no entanto, por outro lado apelou à questão dos balneários das piscinas, que não têm condições segundo a perspetiva da associada. Fez uma comparação dos balneários das piscinas municipais, que inclusive, possuem algum tipo de privacidade e que os da coletividade não têm. Disse ainda, que há pessoas que não vêm porque o balneário não tem essa privacidade, que os balneários são partilhados com as crianças e que há pessoas que não se querem expor. Deu uma sugestão de balneários familiares e espaços individuais. Deu a sua opinião referente aos canais de comunicação com os associados, que o Instagram e o YouTube podem ajudar utentes mais jovens. Disse ter havido uma iniciativa da escola de música e que *“a Direção não deve estar nestas iniciativas só para marcar presença, desejar boas festas e adeusinho, até para o ano. A Direção tem de estar nas iniciativas e tem de cativar os pais e a dar a conhecer*

a SFUAP e a sua história.” Disse ainda que esse envolvimento é importante para aumentar o número de utentes. Finalizou com uma nota final de urgência em dignificar a escola de música, que não tem condições nem para os alunos nem para os professores, e que os eventos pecam por falta de dignidade, que já houve e que neste momento não haveria.

- 6.5) Tomou a palavra Carlos Freitas (sócio nº333), que começou por dar os parabéns à socia que tinha falado anteriormente. Lamenta igualmente a falta de melhores condições para discutir os documentos, mas tinha três notas que gostaria de salientar. A primeira tem que ver com a não entrega de todos os documentos que iriam ser votados pelo e-mail e que existe falta de critério nas publicações das páginas oficiais da S.F.U.A.P. Disse ainda sobre o assunto que se publicava “*o sucesso e o menos sucesso não se pública, chega-se ao ponto de não se publicitar iniciativas da própria S.F.U.A.P.*”. O segundo ponto tem que ver com o protocolo entre a coletividade e a CMA, alertando para o facto que com esta parceria irá de ter de assumir a entrada de mais de 70 trabalhadores, porque o objetivo destas parcerias “*infelizmente são barriga de aluguer*”, explicou que a Câmara não pode admitir pessoal e a única forma de resolver o problema é delegar numa outra entidade que assume. A terceira questão disse ser uma preocupação sua com a possibilidade da equipa de natação começar a ter as suas atividades fora do âmbito da própria S.F.U.A.P., porque se futuramente deixar de existir o protocolo com a CMA, a natação desportiva irá ter uma situação incómoda, segundo o mesmo. Acrescenta que em termos da gestão, não vê nenhuma mais-valia da equipa de natação não treinar “*em casa*” que justifique essas opções estratégicas. Finaliza lamentando de não ter tido tempo para analisar o documento.
- 6.6) Tomou a palavra Carlos Costa (sócio nº5465), que começou por referir que o Orçamento chegou muito tarde às suas mãos e que não era fácil para quem não é contabilista. Pediu autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral para deixar um louvor a todos os funcionários da coletividade que ao longo destes dois anos de pandemia nunca abandonaram o posto de trabalho independentemente das discordâncias e situação que estavam a trabalhar. Pediu ainda permissão para ser dado uma grande salva de palmas para os mesmos. Focou a sua análise no departamento campista, e disse que não se tinha ainda discutido números, mas sim ler o que já lá estava. Agradeceu à Direção por tomar conta da coletividade admitindo não ser fácil. Apresenta-se espantado quando o Presidente disse que queriam apostar nos trabalhadores da coletividade, sendo que estariam previstos um rendimento de 1.725.000,00 euros, mas que só iriam investir em ordenados 498.000,00 euros, pelo que pedia uma explicação. Refere uma situação em que foi retirado um posto de água no parque de campismo, num lugar onde existe gente idosa e que não houve substituição porque não existia verba. Refere que é necessário a substituição de alguns canos de água, retirada do amianto e a substituição dos pimenteiros, mas

disse que lhe disseram que iam aproveitar as obras da CMA na estrada, para fazerem a obra e que não está nada previsto no orçamento. Sobre a remoção do amianto questiona os valores, uma vez que, existe um valor para o retirar e outro para a remodelação dos blocos sanitários e fica em dúvida na sua distinção, pois a remoção do amianto é por si só uma remodelação. Questiona, se os 10.000,00 euros para a passadeira seria só em material. Aborda a questão da segurança por videovigilância e disse que os campistas têm de estar seguros, pois acha que tem havido assaltos, roubos, mas que não entende onde se vai colocar as câmaras e se não seria melhor apostar na vigilância humana.

- 6.7) O Presidente da MAG lembrou que o pedido do associado Carlos Costa, de saudação aos trabalhadores, estaria enquadrado estatutariamente no art. nº 31, nº 2, de modo a ser aceite e permitida a fuga à ordem de trabalhos.
- 6.8) Tomou a palavra Manuel Maia (sócio 5001), que começou por saudar todos os presentes. Disse que não quis estar contra tudo, mas também não quis estar a favor do que não conhece, a lógica seria a abstenção, no entanto, com o decorrer da Assembleia e dos esclarecimentos dados pelos dirigentes, solicitados pelo sócio Augusto Flor, pensa ter valorizado a Assembleia e o próprio documento. Disse que este é um dos dois momentos mais importantes de uma coletividade e que naquele momento estaria em condições de aprovar o Plano de Atividades e Orçamento. Explica que essa condição tem que ver ainda com a situação pandémica que ainda se vive, marcada pela instabilidade. Desse modo disse que *“até acho excessivo o nosso Presidente dizer que este é o nosso compromisso e vamos realizar, estes documentos são provisionais é o que se prevê, o que vai ser possível tem muito a ver como vamos viver 2022.”* Sublinhou a intervenção feita pelo Carlos Freitas sobre a questão do protocolo com a CMA, que irá ser necessário ter muita atenção. Sobre o assunto anterior, pensa ser um grande salto e revela ter muitas preocupações, mas que os dirigentes estariam a par disso e a ver o melhor para a coletividade. Menciona outra preocupação, nomeadamente com o défice, que apesar de existir uma redução, continua a existir, sendo por isso necessário ir buscar a outro lado. Desse modo, disse que existe ainda a necessidade de se fazer um grande esforço para manter o equilíbrio. Refere relativamente à questão do ambiente, nomeadamente sobre o amianto, que só é efetivamente perigoso quando está a *“farelar”* e que poderá existir diversas formas de resolver sem a sua remoção. Sobre os prazos de entrega dos documentos disse que estão descritos nos Estatutos e que só compreende essa questão tendo em conta a instabilidade social que se vive. Pediu atenção sobre a página seis do documento e disse que a promoção e discussão para atualização do Regulamento Geral no que se refere justamente da composição dos órgãos sociais, não tem que ver com o regulamento. Acrescenta que a composição dos Órgãos Sociais tem que ver com os Estatutos, e só os mesmos é que dizem a composição dos Órgãos Sociais.

Disse que o Regulamento Geral tem a mesma força que os Estatutos quando aprovado em Assembleia por $\frac{3}{4}$ dos presentes, mas pede atenção para que haja uma discussão forte no caso de haver esta alteração e não ser num momento determinante.

- 6.9) Tomou a palavra o Presidente da Direção. Referiu-se à associada Elsa Dias e disse que também sente que é uma prioridade a questão dos balneários. Revela que tem sido uma luta ao longo dos vários anos, criar condições para requalificar os espaços e a requalificação dos balneários, uma vez que segundo o mesmo tem de ser feito ao mesmo tempo que os outros espaços pelo motivo que as estruturas estão ligadas entre si, e por esse motivo vê com muita dificuldade a realização de alguma coisa, sendo necessário encontrar uma solução. Sobre a certificação das escolas de natação, pensa não ser fácil, mas que se tem de caminhar nesse sentido e no sentido do controlo do ar, não só da piscina, mas de todo o ambiente de todos os espaços aquáticos e desportivos. Em relação à comunicação garante que quando tomou posse prometeu a si mesmo que haveria de criar um gabinete de comunicação, tendo já essa experiência numa outra coletividade onde colaborou nessa mesma criação, não irá desistir desse projeto. Sobre o assunto anterior disse que se vai contratar um técnico de comunicação através de um protocolo de um ano e que será custo zero. Em resposta ao associado Carlos Costa, disse que é defensor que os trabalhadores deste país têm de caminhar para os valores da União Europeia, mas que se tem muito caminho até lá chegar. Acrescenta que em 2021 se prevê 781.399,00 euros para custos com o pessoal e houve um aumento do pessoal do quadro, com a transição de trabalhadores a recibos verdes para o quadro. Disse que não levaria a mal o que associado José Maia disse sobre a pretensão demasiado elevada, mas que é um desafio que faz a ele próprio e que é assim que *“gosta de estar, a lutar, a trabalhar para atingir os objetivos”*. No seguimento, disse que é uma previsão os resultados deste orçamento, mas que não é por isso que irá deixar de lutar para atingir o melhor resultado possível. Finaliza, dizendo que os associados irão ficar satisfeitos quando se apresentar o Relatório e Contas de 2021.
- 6.10) Tomou a palavra Néilson Melo (sócio nº13399). Saúda a elevada participação dos sócios e refere que enquanto sócio recente e aniversariante não quis deixar de estar presente. Disse ser evidente que alguns sócios têm abordado os tempos da apresentação do documento na véspera, na antevéspera ou algo semelhante e que infelizmente tem convivido ao longo dos tempos com essa situação. Dirige-se à Mesa da Assembleia Geral e questiona se será útil e mais esclarecedor promover um pequeno intervalo para os sócios terem mais tempo para se inteirarem do documento. Disse que esta Direção entrou sensivelmente há um ano, em plena pandemia, e com as incertezas e dificuldades que daí advêm, e que na sua opinião é um ato de cidadania que deveria ser respeitado. Apresenta ideias ao nível do desporto, sendo que é a área onde se

sente mais confortável em abordar. Disse que a prioridade do documento se foca nas instalações e que enquanto não houver os Alvarás não será possível avançar, não se tratando de questões diretamente relacionadas com a Direção. No entanto, disse que o documento expressa um conjunto de intenções, nomeadamente de retomar atividades desportivas do passado, que já tiveram notoriedade no passado, a certificação das instalações, a reorganização técnica e o aumento das atividades, e que na opinião do mesmo deverá ser “*Ponto de primeira*”. Disse que na sua opinião um investimento forte no merchandising e publicidade, para aumentar as receitas, a exploração do bar, a criação de patrocinadores, de modo a se conseguir reduzir o défice num breve espaço de tempo. Deixou duas sugestões para uma realidade atual que é o abandono da prática desportiva aos 18 anos. Pensa que a coletividade deve avançar num conjunto de ações de sensibilização, para a “*carreira dual*”, como caminho para o futuro. Menciona também na aposta nas boas práticas e promoção da coletividade, como embaixadora da bandeira da Ética desportiva, como caminho para o futuro. Aponta para a comunicação com os pais dos jovens atletas como importante e desafia a Direção para que qualquer situação de descontentamento ter de ser prontamente socorrida. Finaliza reforçando os valores da coletividade expressos nos Estatutos e que nesse sentido o protocolo com a CMA terá de ser um vértice de apoio à consecução do objetivo da promoção da prática desportiva para tudo e para todos.

6.11) O Presidente da MAG pôs em consideração da Assembleia Geral o pedido que tinha sido feito pelo associado anterior, para um pequeno intervalo e pondo à votação, foi decidido continuar a ordem de trabalhos. O Presidente deu a palavra aos sócios.

6.12) Usou da palavra Augusto Flor (sócio nº849), que começou por referir que se fez bem o aprofundamento do documento, porque não só responsabiliza aqueles que tem de o executar, como também, responsabiliza os associados. Disse ter já tido tempo suficiente para o ler e para colocar algumas questões no sentido de melhorar a apreciação. Disse que subscreve a ideia de que um Plano de Atividades e sua votação é 1 dos 3 momentos essenciais da vida de uma associação. Menciona a instabilidade devido à situação pandémica e que terá impacto neste ano de 2022 na vida das coletividades. Com base no impacto nas receitas estatutárias e não estatutárias, o grau de imprevisibilidade é muito alto, e, portanto, disse ser “*uma grande coragem aquilo que é aqui apresentado*”. Acrescenta ainda, que todos tem a responsabilidade de contribuir para o documento. Refere que existem poucas coletividades com um orçamento de 2.000.000,00 euros e que a S.FU.A.P. encontra-se nessa categoria. Alude para a importância da S.F.U.A.P. para o movimento associativo local e nacional.

Disse ter ficado esclarecido quanto ao Plano de Atividades com as intervenções feitas pela Direção, apesar de admitir existir “*ali uma coisa ou outra, mas não é de grande importância*”.

Em relação ao Orçamento deixou algumas notas para reflexão da Assembleia e dos Órgãos Sociais. Começou por abordar o método de construção de um Orçamento, que deve ser realizado com base nos últimos 5 anos de Orçamentos realizados, de modo a se prever de uma maneira mais realista. No entanto, explica que estes dois últimos anos não seriam exequíveis para o método. De seguida, aborda “as *grandes rubricas*” e lembra que só com encargos com salários e pessoal somam 911.000,00 euros. No seguimento, disse que “isto dá 46 % dos gastos desta coletividade, se fosse numa empresa de capital, ..., este valor não ultrapassava os 30%” e “*nós somos de capital privado sem fins lucrativos, portanto não há acumulação de mais valias nem distribuição de dividendos pelos sócios.*”. Continuou explicando que uma coletividade que gasta 46% da sua despesa com os trabalhadores é um sinal de muita importância que se deve ter em conta e que distingue claramente das empresas. Abordou a questão das energias e do valor monetário que a coletividade acarreta, mostrando que só em IVA a coletividade paga cerca de 58.000,00 euros. Disse que esta questão é importante para os associados, Direção e Órgãos Sociais para terem perceção do contributo que a coletividade tem na Economia, e que ainda assim, disse existir dirigentes que pensam que as coletividades estão dependentes das autarquias, do estado e que são subsídio-dependentes. Acrescenta que essa não é a realidade e que a prova estaria ali e que seria confirmada com o Relatório e Contas. Referiu também que não estaria demonstrado no Orçamento o valor dos impostos ao longo do ano, nomeadamente o IVA, IRC e o IRS, no entanto na sua perspetiva deveria de estar para que os sócios percebessem do enormíssimo valor, tendo inclusive, sugerido que tivesse quantificação no Relatório e Contas de 2022. Menciona a Constituição da República sobre a competência do estado na promoção da cultura, recreio e desporto em colaboração com as coletividades, e que deve ser assim e não o contrário. No seguimento, disse que eram as coletividades que estão a fazer as funções sociais do estado, e que o estado não está a compensar as mesmas. Disse que é importante que esta coletividade tenha a perceção da importância que tem para o meio social, cultura, recreio e desporto, mas também para a economia nacional e para a segurança social. Disse que a S.F.U.A.P. deveria exigir mais do estado, como a redução do IVA, em contratos-programa com CMA, mas também com o próprio Ministério da Cultura e o IPDJ. Aborda a questão da gestão sustentável sobre a gestão interna na redução do défice. Por fim, termina dizendo que está em condições de votar favoravelmente.

- 6.13) Tomou a palavra o associado Mário Monteiro (sócio nº542), que começou por saudar a Direção e todos os sócios. Refere também só ter recebido o documento naquela altura. Propôs que fossem recolhidos os e-mails para uma melhor comunicação com os associados. Por último, refere que “isto não é um clube, mas sim uma coletividade”.

- 6.14) Tomou a palavra Manuel Alberto (sócio nº520). Disse que na última Assembleia na apresentação do Plano e Orçamento de 2021, achava que seria muito difícil chegar aos objetivos propostos, mas que hoje não teria dúvida nenhuma que alcançariam os objetivos em plena pandemia. Deu um alerta sobre o fibrocimento no parque de campismo, para que se aproveitasse a sua remoção dos telhados para a instalação de energias alternativas. Terminou, desejando boas festas.
- 6.15) Tomou a palavra o Vice-Presidente do DAF, Orlando Gonçalves. Disse que as intervenções realizadas até ao momento enriqueceram ainda mais o próprio documento em si. Disse que todas as intervenções se referem a várias matérias e que devem ser consideradas e analisadas pela Direção. Acrescentou que uma delas, referente aos painéis fotovoltaicos, já estaria previsto no Plano de Atividades. Disse que a referência que o associado Augusto Flor fez, relativamente, a dizer que se está numa coletividade e não numa empresa é importante, e estaria demonstrado no Orçamento. Referiu que se deve fazer um esforço para que o documento seja entregue com antecedência. Revela que tem havido um cuidado da Direção no sentido de ter um maior número de contactos e a maneira como se contacta os sócios. Disse que o Presidente já tinha tido a oportunidade de dizer que se pretende melhorar cada vez mais a comunicação. Menciona que ao longo dos anos, a entrega do documento tem sido no próprio dia, e não no dia anterior. Finaliza, dizendo que o próximo documento, Relatório e Contas 2022, chegará aos sócios com maior tempo de antecedência.
- 7- Feitas as intervenções, o Presidente da MAG, passou à votação do Plano de Atividades e Orçamento, referente ao ano de 2022. Foi aprovado por maioria, com duas abstenções.
- 8- Entrou-se no ponto nº2 da ordem de trabalhos, para o preenchimento dos lugares vagos dos Órgãos Sociais da S.F.U.A.P. por falecimento e pedidos de demissão. Refere que na última Assembleia Geral, se teve o conhecimento do falecimento de António Barrisco Júnior, membro do Conselho Fiscal. No mesmo sentido, Luís Fernando Barradas, membro do Conselho Fiscal, pediu a demissão, alegando motivos pessoais e profissionais, tendo sido confirmado por e-mail e telefonicamente. Disse ter recebido também, uma carta de pedido de demissão do associado José Manuel Cândido, Tesoureiro-adjunto até ao momento.
- 8.1) O Presidente da MAG, refere que, por sugestão do Conselho Fiscal, o associado António Barrisco seja substituído pelo associado Fernando Jorge Valente (sócio nº 9012) e o sócio Luís Barradas pelo associado Luciano Veríssimo (sócio nº7262). Refere também que, por

sugestão da Direção, o sócio José Manuel Cândido, seja substituído pelo sócio Fernando Jorge Cunha Pinto Ferrão (sócio nº772).

- 8.2) Os associados propostos a integrarem os Órgãos Sociais, foram apresentados perante a Assembleia Geral, excetuando Luciano Veríssimo, que por motivos pessoais não pode estar presente.
- 8.3) O Presidente da MAG esclareceu que por voto secreto estatutariamente é de três em três anos, remetendo para o artigo nº 31, que as deliberações da Assembleia Geral por maioria teriam validade.
- 8.4) Pediu a palavra o associado Luís Filipe (sócio nº 783), para dizer que pensa que deve ser posto em consideração da Assembleia Geral e se alguém pretende contestar os nomes apresentados. Acrescenta que a Assembleia Geral não tem nada que votar, explicando que se fosse o caso tinha de ser em urna, em voto secreto. Sugeriu à Mesa da Assembleia Geral que pergunte se alguém pretende contestar a apresentação dos nomes e que não havendo lugar à contestação era dado como aceite.
- 8.5) O Presidente da MAG aceitou a sugestão.
- 8.6) Pediu a palavra Mário Araújo (sócio nº 19), que começou por saudar todos e que não tinha intenção de fazer uma intervenção. Disse que no seu entender deve haver mais cuidado nas convocatórias, uma vez que no título diz Assembleia Geral Ordinária, mas que, no entanto, *“não existe nenhuma que possa dizer o que diz a seguir”*. Disse que se reúne em Assembleia Geral, em sessão ordinária ou extraordinária, e não em Assembleia Geral ordinária ou extraordinária. Disse que as Assembleias são determinadas pela qualidade e que existe três Assembleias Gerais que são obrigatórias e ordinárias, nomeadamente para a eleição dos Órgãos Sociais e Apresentação do Plano de Atividades e Orçamento e Relatório e Contas. No entanto, disse que alguns pontos desta ordem de trabalhos estariam a fugir à sessão ordinária e que seriam de natureza extraordinária. Finalizou dizendo que esta questão tem que ver com o código civil e administrativo.
- 8.7) O Presidente da MAG, esclarece que se informou junto de alguém qualificado juridicamente e a resposta que obteve foi a seguinte *“Após ter consultado diversos autores e realizado algumas pesquisas, consolidei a seguinte ideia, nada impede que na Assembleia Geral Ordinária seja apresentada à votação a substituição de alguns membros dos corpos gerentes, sendo necessário que conste um porte explícito na ordem de trabalhos para esse fim.”* Disse que se baseou na informação recolhida para convocar.

Disse que pensa ser importante realizar a substituição e perguntar se alguém se opõe à entrada destes três elementos.

8.8) Posta à votação, foram aprovadas as substituições com um voto contra.

9. De seguida, o Presidente da MAG deu início ao ponto nº3 da ordem de trabalhos “Aprovação das atas de 30 de janeiro de 2021 e 30 de abril de 2021”. Disse que lhe chegaram informações de que as atas foram realizadas através da transcrição integral das gravações. Acrescenta ainda, que considerando que a ata nº310 tem 19 páginas e a nº311 tem 14 páginas, propôs que as atas sejam votadas, com dispensa da sua leitura.

9.1) Pôs-se à votação a dispensa da leitura das atas. Foi aprovada por maioria com um voto contra e quatro abstenções.

9.2) Pôs-se à votação a ata nº310. Foi aprovada por maioria com duas abstenções.

9.3) Pôs-se à votação a ata nº311. Foi aprovada por maioria com cinco abstenções.

10. Em continuação da Assembleia, entrou-se no ponto nº4 da ordem de trabalhos “Informação de outros assuntos de interesse para a coletividade”. O Presidente passou a palavra aos associados.

10.1) Tomou a palavra Luís Filipe (sócio nº 783). Começou por referir uma questão que pensa ser de simples resolução relativamente à fotografia que vem no documento. Disse que na dita fotografia estaria uma janela com um vidro partido e com fita gomada, e que para a fotografia do Plano de Atividades e Orçamento de 2023, gostaria que o vidro não tivesse naquele estado. Abordou uma questão que considera ser grave e que o deixou incomodado, relativamente a uma confusão entre associados músicos numa reunião da Direção. Disse ter escolhido esperar por aquele momento, para lhes perguntar o que de facto se passou e dizer que ficou chocado quando leu no Facebook um texto sobre isso. Disse que nunca tinha ouvido na história desta coletividade uma situação destas de agressão física. Acrescenta que isso terá levado à demissão de vários músicos. Refere que pediu à secretária para ler a ata e que não teve a possibilidade de fotografar nem tirar apontamentos e ficou com uma ideia muito vaga. Pediu à Direção que dissesse qual o motivo existente para que alguém, crê que da Direção agredisse o associado da música, quantos músicos se demitiram da banda, quantos músicos efetivamente tem a banda da coletividade neste momento, e que lhe explicassem como se processa. Finalizou dizendo “*acho que li no face, que nós temos neste momento músicos contratados na banda, ou seja, há uma parte que*

são músicos da S.F.U.A.P., atenção, era sobre isto que eu gostava de levar daqui informações, para que eu possa completar o meu pensamento acerca desta matéria, que considero ter alguma gravidade.”.

- 10.2) Tomou a palavra Luís Filipe Santos (sócio nº194). Começou por referir que tinha quatro assuntos para *“falar com a Direção”*. Primeiro assunto era relacionado com o projeto do Teatro Garret e o seu desenvolvimento, já que admite ser a sua grande luta, porque *“nós precisamos é de cultura, porque a cultura é que nos ensina a viver”*. No segundo assunto, o associado queria perceber quais os desenvolvimentos no regulamento do parque campismo, se tem consulta pública, para que antes de aprovadas, poder-se dar uma dica ou informações. O terceiro assunto, relacionado com a dívida dos concessionários do parque de campismo, que são de 320.000€ e que até hoje nada se sabe, se há responsáveis, se não há, o que se passa, se sabem dar alguma informação sobre isso. O quarto assunto, referente ao que aconteceu no dia 6 de junho entre um Vice-Presidente e um sócio. Questiona o porquê de nada ter acontecido e que se houve pessoas que viram o porquê de não se ter atuado. Na sua opinião, o Vice-Presidente tinha de pedir a demissão e suspensão do mandato, e o sócio teria sido suspenso. Refere ainda que se isto for para a justiça e se a justiça der razão ao arguido, quer ver qual a posição da coletividade em relação a isto que se passou.
- 10.3) Tomou a palavra o Dr. Ricardo Pinto e apresentou-se aos sócios como advogado da S.F.U.A.P. há cerca de 25 anos. Refere que tiveram lugar dois processos de inquérito, um dos quais ainda se encontra a decorrer, sendo eu próprio o Instrutor nomeado para qualquer um deles. Quanto ao processo 1/2021 mencionado pelo associado, este processo foi instaurado após deliberação da Direção nesse sentido, tendo por objeto o apuramento dos factos ocorridos no mês de junho de 2021, entre dois associados, sendo um deles membro da Direção e o outro, membro da banda. Acrescenta que a deliberação relativamente a estes factos teve lugar a respetiva inquirição de cada um deles, as testemunhas faziam parte membros da Direção, membros da banda, o dirigente envolvido nos factos denunciados e um trabalhador da S.F.U.A.P. Disse que infelizmente para todos aqueles que buscavam a verdade material subjacente a este processo, um associado elemento da banda recusou-se a prestar declarações, e que pior que isso o próprio envolvido nos alegados descaltos recusou-se a prestar declarações, tendo dito até de forma escrita que não queria saber disto rigorosamente para nada. Acrescenta ainda *“Ora bem, chegados a este ponto o que é que temos; temos o instrutor do processo confrontado com duas recusas, uma delas muito significativa, para a descoberta da verdade, no sentido da prestação dos depoimentos e*

um auto de pessoas que alegadamente teriam assistido a este, não sei se foi um confronto porque efetivamente não consegui apurar isso. O que é curioso é que de todas as testemunhas que foram ouvidas e cujo depoimentos estão escritos, não houve uma delas sequer que tivesse conseguido dizer que verificou alguma agressão, como é evidente o direito serve-se de factos e provas, como acabei de dizer, nenhuma das testemunhas confirmou ter havido agressões recíprocas ou de uma pessoa sobre a outra”. Perante isto, disse ter havido necessidade de elaborar o relatório final, mas que não foi possível por absoluta ausência de provas determinar quem agrediu quem ou se é que houve agressões. Refere que algumas pessoas não prestaram um bom serviço à justiça, porque na sua opinião se sabiam dos factos deveriam tê-los relatado no próprio processo, e o próprio Sr. Associado envolvido, não querendo prestar depoimento, poderia indicar uma outra pessoa que tivesse assistido aos acontecimentos, no entanto, refere que não o fez e, portanto, “o relatório está disponível na secretaria para qualquer associado o poder ler e tirar as suas conclusões”. Finaliza disponibilizando-se para ler os depoimentos que foram prestados por todos aqueles que foram ouvidos, de modo que se consiga desfazer qualquer dúvida quanto à legitimidade das conclusões tiradas pelo próprio da conclusão do inquérito.

- 10.4) Tomou a palavra Luís Filipe Santos (sócio nº 194). Questionou se por acaso acontecesse no parque de campismo ou na piscina, se um dos intervenientes não quisesse depor o que lhe iria acontecer.
- 10.5) Interveio o Dr. Ricardo Pinto. Respondeu ao associado anterior que o que lhe iria acontecer dependeria da prova produzida no processo.
- 10.6) Tomou a palavra Luís Filipe (sócio nº 783). Deu uma informação de uma pessoa que não conhece pessoalmente, mas que era uma informação que todos podem ler na página oficial da coletividade. Informação: “*eu fui uma das pessoas que separou os dois associados, estes acontecimentos aconteceram no dia 8 de junho e não no dia 21, nunca fui chamado pelo advogado da S.F.U.A.P. para prestar declarações, foram sim as pessoas que não assistiram ao infeliz acontecimento.*”. Disse não saber se o Dr. tem acesso à rede social e se terá eventualmente lido aquilo que o próprio leu. Leu outro comentário da rede social: “*Obrigou-me a tomar uma posição nada fácil, no final de Julho enviei um email a pôr termo à minha prestação como professor de música ao fim de 25 anos de sócio e 23 anos de músico na banda filarmónica, e 15 anos como professor de música.*”. Revelou que ao ler estes comentários ficou triste, e por esse motivo, admira-se como não houve testemunhas na presença do Dr. quando existe este tipo de comentários públicos.

10.7) Interveio o Dr. Ricardo Pinto que esclareceu o seguinte : *“vamos lá ver os processos, todos eles têm regras seja processo penal, processo civil, seja processo de inquérito, tudo isto obedece a regras e à aqui um aspeto importante, não é o instrutor que nomeia testemunhas, o instrutor recebe informações relativamente ao naipe das testemunhas, lamento que de facto esse Sr. associado que terá escrito no face, aquilo que escreveu e diz que assistiu, não tivesse sido informado pelo próprio associado que gostaria que ele fosse testemunha, não compete ao instrutor ir em busca de testemunhas, mas mais do que isso, quando essas manifestações surgiram no face o processo já estava encerrado, já estava entregue à Direção e com relatórios emitidos, agora teria que perceber, que não é o instrutor que tem de andar em busca de testemunhas não, se houve algum relato, até vou mais longe, se alguma das testemunhas que foram ouvidas dissessem alto lá, eu não estive lá, não assisti, mas sei que aquele Sr. fulano tal esteve presente e aí obviamente, teria sido notificado, como foram todos os outros. Agora não se pode notificar alguém desconhecido certamente.”*

10.8) Tomou a palavra o Presidente da Direção. Sobre a resolução do problema do Teatro Garret refere que é outra aflição que tem. No seguimento, disse que na primeira reunião com a CMA, após ter tomado posse, que um dos temas de maior enfoque foi sobre o Teatro Garret. Disse que segundo informações que obteve é um edifício classificado histórico e que as obras são de difícil requalificação e também de difícil reconstrução. Acrescenta que para que isso acontecer tem de haver da parte da CMA uma análise relativamente ao edifício para ela própria informar o que é que a S.F.U.A.P. pode fazer. Informou que se vai empenhar nesse âmbito e que CMA tem de efetivamente de uma vez por todas, informar se o edifício pode ser recuperado e em que moldes, para se avançar no sentido da contratação de um arquiteto para elaborar o projeto e avançar. Acrescenta que o Teatro Garret e todos os edifícios não tem as licenças de utilização. Disse que quer o Teatro Garret quer o Ginásio-Cine, embora tenha de ser iniciativa da Direção contratar uma empresa ou arquiteto para elaborar os projetos, pensa que tem de ser bem analisado e considera que isto é um assunto que necessita da participação dos associados. Disse ter esperança de que no próximo ano, tenha condições para trazer à Assembleia Geral informações sobre as instalações que satisfaçam, uma vez que as instalações já não podem estar por muito tempo na situação em que estão.

Sobre o regulamento do parque de campismo, disse que já deveria ter sido atualizado há vários anos, mas que não quer influenciar erradamente os associados no sentido de dizer que não é possível fazer a atualização do regulamento do parque de campismo, sem primeiro também, atualizar os Estatutos e até mesmo o regulamento geral. Disse que

existiam artigos que têm de ser atualizados, mas que os Estatutos na sua generalidade são excelentes. Refere que é importante poderem-se fazer pequenas alterações aos Estatutos e ao regulamento geral e ao mesmo tempo ao regulamento geral interno do parque de campismo. No seguimento, disse que gostava, antes de terminar este mandato de 3 anos, conseguir fazer esse trabalho.

Sobre a dívida dos concessionários, disse que é uma situação que está efetivamente ainda em vias de solução, que o processo estaria a andar e assim que a Direção tenha o processo finalizado, darão essa informação aos associados. Acrescenta que não tem só dívidas relacionadas com os concessionários, mas também dívidas relacionadas com a publicidade (que está a ser paga a prestações).

Deu as seguintes informações sobre a banda: “ *Que eu tenha tido conhecimento, não devia dizer isto desta forma, mas apenas dois músicos apresentaram a sua demissão, os outros nove deixaram de participar nos ensaios e nos concertos, é essa a informação que vos posso dar, temos atualmente na banda 26 músicos, gostaríamos de ter os nove mais os dois que se demitiram mas a realidade é esta, ninguém mandou ninguém embora, ninguém efetivamente neste momento, digamos não houve da nossa parte nenhuma atitude de impedir ou de os demitir para que eles não possam participar na banda*”.

Relativamente ao incidente que foi referido, o mesmo já teria sido explicado pelo advogado e na qualidade de Presidente disse que preferia que isto nunca tivesse acontecido, que estas coisas acontecem e aconteceu na nossa coletividade, no dia a dia e em vários sítios. Sobre o mesmo assunto, do ponto de vista pessoal disse não ter mais nada a acrescentar. Disse que os associados têm sempre o direito de exigir que seja explicado “*tim tim por tim tim*”, mas que na sua opinião existem coisas que não se explicam, porque tem que ver com atitudes de natureza pessoal. No seguimento, disse “*que nós às vezes nem conseguimos, são atitudes tão repentinas que nós não conseguimos evitar, bom, de qualquer forma, e se existiu ou não, eu não estava presente quando aquilo aconteceu, eu vinha de onde tinha estado, em reunião com os músicos e vinha ali quando alguma coisa aconteceu*”. Disse só ter sabido das conclusões do processo, depois do mesmo estar instruído e terem sido divulgadas.

- 10.9) Tomou a palavra Mário Araújo (sócio nº19), que começou por questionar à Direção e à Mesa da Assembleia Geral, como poderia adquirir cópias das atas que foram aprovadas naquela Assembleia. Relativamente ao problema supramencionado, pensa que teria sido oportuno em determinada altura deste processo, os sócios terem sido informados daquela decisão. Disse terem sido informados na Assembleia, mas não estava na ordem de trabalhos, achando ser um assunto que deixa muitas dúvidas. Pensa que é norma nesta casa

aquelas decisões pertencerem à Direção, mas que a informação aos sócios por provável acontecimento parece que não aconteceu. No seguimento, disse que não tem aparelhos eletrónicos, para poder consultar as informações através dos mesmos, mas que essa informação a Direção devia ter posto à disposição atempadamente. Conclui referindo ser natural que as pessoas tenham dúvidas e que venham expor, e que lhe parece que ouviu que pessoas não ficaram convencidas. Acrescenta que tem uma opinião, mas pelo tempo que tenho desta dispensa de ouvir a sua opinião naquela altura.

10.10) Tomou a palavra Carlos Freitas (sócio nº333). Começou por dizer que houve um grupo de sócios que em dado momento enviaram um e-mail dirigido à Direção, à Mesa da Assembleia, no sentido de os quatro/cinco sócios que subscreveram aquela solicitação fossem informados do que realmente tinha acontecido. Acrescenta “ *estranhamente e inédito nesta casa, eu porque fui o primeiro subscritor e que assinei, ... recebo uma carta registada, ..., num assunto que temos o direito de ser informados do que é que se passou, de questionar a própria Direção, porque não sabíamos, porque fomos informados esse grupo de sócios e eu não gostaria de tecer algumas considerações sobre o teor da carta que recebi mas acho que a coletividade tem dirigentes à altura para assumirem as respostas e não terem necessidade de procurar ou refugiarem-se num advogado para responder a uns simples cinco sócios que a única coisa que queriam saber é o que se teria passado.*”. Disse ainda que iria guardar a carta registada e que por muitas tentativas que quisesse responder, admite que os seus conhecimentos jurídicos são zero e não tem capacidade de interpretar algumas teorias e algumas justificações que ali são dadas, inclusive o não reconhecimento do email, porque não estava lá a sua assinatura.

10.11) Tomou a palavra o associado Manuel Maia (sócio nº5009). Disse que tem um grande respeito pela S.F.U.A.P., mas que está ao nível de todas as outras centenárias que também é associado e respeita muito. No seguimento, disse que o respeito que tem por esta casa é porque gosta muito do movimento associativo, sendo algo intrínseco do concelho de Almada que o acolheu. Disse que foi bem tratado por esta coletividade, embora tenha sido maltratado por alguns elementos desta coletividade, mas que isso não queria dizer nada porque acima de tudo está a coletividade. Disse que quando votou o Plano de Atividades e Orçamento, tendo conhecimento do que leu e dos interesses da coletividade e não por ser apresentado por “*esta ou aquela Direção*”.

Relativamente à questão do confronto que houve com os músicos, do ponto de vista da Direção pensa que tomaram a atitude correta, porque quer se queira ou não, o advogado está contratado para tal, com a responsabilidade de apurar a verdade. Acrescenta “ *não é a*

verdade da Direção nem a do outro é a verdade dos factos é em função dos factos contados e aqui não podemos dar a volta e não podemos exigir que arranje isto ou aquilo, tem de ser factos concretos, aquilo que tem de tirar as suas conclusões e apresentar as suas conclusões, agora há uma outra coisa, eu fiquei muito triste com aquilo que aconteceu, não sei se andaram ao estalo ou não andaram ao estalo, basta saber que houve um dirigente que se deixou envolver em determinada situação, não prestigiou a coletividade, isso para mim é suficiente, porque o dirigente da coletividade tem outra responsabilidade que não tem o associado, o associado pode chegar aqui e pôr-se a apitar e até dizer um nome e o dirigente dizer assim, você tem razão vai considerar isso, ó amigo deixe lá agente vai ver o que é possível fazer, é essa responsabilidade do dirigente para amainar as coisas, porque ele tem a responsabilidade de levar a coletividade para a frente.”. Disse que foi um momento triste, mas também uma lição para todos, e que diariamente se está a aprender com os erros que se cometem. No seguimento, diz ainda que “não vale a pena estar a martirizar uns aos outros, temos que ir em frente, agora o que eu fui informado aqui é que há outro processo que está a correr a outro nível, então a outro nível também se irá apurar responsabilidades e acho muito bem, que quem se sentiu lesado avance para outros níveis do ponto de vista daquilo que são a nossa sociedade.”.

11. O Presidente da MAG solicitou ao secretário David Gonçalves a leitura da minuta da ata desta Assembleia.

11.1) Feitas as leituras e alguns pedidos de retificação da minuta por parte dos associados, o Presidente da MAG disse que a minuta da ata iria sofrer as devidas alterações.

11.2) Passou-se à votação da minuta já alterada, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

12. O Presidente da Mesa da Assembleia, não havendo mais assuntos a tratar deu por encerrada a Assembleia, pelas 18h20, da qual será lavrada uma ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Cova da Piedade, 18 de dezembro de 2021

O Presidente da M.A.G

António Cristo

A Vice-Presidente

Vânia Cruz

O Secretário

José Pires

O Secretário

David Gonçalves